Instruções do Banco de Portugal

Instrução n.º 4/2007

ASSUNTO: Regulamento do Sistema de Compensação Interbancária – SICOI

Com a publicação do Decreto-Lei n.º 18/2007, de 22 de Janeiro, as regras de disponibilização de fundos e datas-valor nos depósitos à ordem passam a partir de 15 de Março de 2007 a observar um regime jurídico que impõe ajustamentos no sistema de compensação interbancária.

Assim, no exercício dos poderes que lhe são conferidos pelo artigo 14.º da sua Lei Orgânica e pelo artigo 92.º do Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras, o Banco de Portugal estabelece o seguinte:

1. A Instrução n.º 25/2003, nos números abaixo indicados, passa a ter a seguinte redacção:

“9.1.” - O 1.º Fecho da sessão de compensação do subsistema TEI passa das 19:00 para as 21:00.

“21.2. Os cheques e documentos afins podem ser devolvidos ao participante tomador na sessão de compensação seguinte à da sua apresentação.”

“22. A disponibilização de fundos ao beneficiário do cheque ou do documento afim deve ocorrer até ao final do 2.º dia útil, considerando-se, para a contagem desse prazo, como primeiro dia, o da liquidação financeira (...).”

“30. O participante ordenante da transferência deve apresentá-la de forma a poder cumprir a data-valor legalmente estabelecida.”

“31.2. Nas restantes transferências, o participante ordenante que aceitar executá-la, deve informar o seu cliente, e este aceitar sob pena de a mesma ser recusada, de que a transferência fica subordinada a requisitos que podem implicar a devolução pelo participante destinatário até à quinta sessão de compensação seguinte à da sua apresentação.”

“32.1. Nas transferências processadas no 1.º fecho de compensação, a disponibilização de fundos ao beneficiário deve ocorrer até ao final do dia da liquidação financeira, com excepção do previsto no número 8.3. que, nas datas referidas, deve ocorrer até ao final do próprio dia do fecho.”

“35. A disponibilização de fundos ao beneficiário de transferências ordenadas via Multibanco deve efectuar-se nos termos da legislação em vigor, ou seja, para as transferências entre contas sedeadas na mesma instituição, no próprio dia, sendo o momento do crédito simultâneo com o correspondente momento do débito ao ordenante, e o mais tardar o dia útil seguinte, para as transferências entre contas sedeadas em instituições diferentes.”

2. O número 11. da Instrução n.º 25/2003 passa a ser designado por número 11.1.

3. À Instrução n.º 25/2003 são aditados os números seguintes:

“11.2. Considera-se horário normal de funcionamento ao público, para efeitos de determinação do conceito de dia útil, o período do dia entre as 8.30 horas e as 15.00 horas, de segunda-feira a sexta-feira, com excepção dos dias feriados.”

“13.3. As instituições de crédito que entendam apresentar para compensação os cheques e os documentos afins são obrigadas a fazê-lo na sessão de compensação seguinte à sua aceitação para depósito, salvo situações excepcionais ou de força maior.”

“19.4. Os cheques visados devem ser objecto de tratamento especial, designadamente quanto aos aspectos susceptíveis de viciação, aplicando-se, ainda, o regime geral de revogação dos demais cheques.”

4. A presente instrução entra em vigor no dia 15 de Março de 2007.

Rectificação:

Através desta alteração regulamentar aproveita-se a oportunidade para corrigir o Anexo à Instrução em causa, Parte II, 1:

- a) No descritivo do motivo de devolução “Cheque revogado por justa causa” deve aditar-se a seguir a “mediante declaração escrita”: “ou qualquer outro meio de prova idóneo aceite em tribunal”, passando o texto a ter a seguinte redacção:

“Cheque revogado - por justa causa

Quando, nos termos do nº 2 do artigo 1170.º do Código Civil, o sacador tiver transmitido instruções concretas ao sacado, mediante declaração escrita ou qualquer outro meio de prova idóneo aceite em tribunal, no sentido do cheque não ser pago, por ter sido objecto de furto, roubo, extravio, coacção moral, incapacidade acidental ou qualquer situação em que se manifeste falta ou vício na formação da vontade. O motivo concretamente indicado pelo sacado, no registo lógico, deve ser apostado no verso do cheque, pelo banco tomador.”

- b) No descritivo do motivo de devolução “Motivo de devolução inválido” deve inserir-se uma mudança de linha entre “viciado,” e “salvo se” passando o texto a ter a seguinte configuração:

“Motivo de devolução inválido(*)

Quando o participante sacado tiver invocado:

- falta ou insuficiência de provisão para cheque de valor igual ou inferior ao legalmente definido como obrigatoriedade de pagamento.
- para cheques truncados, os motivos de falta de requisito principal, saque irregular, endosso irregular, falta de imagem do cheque, falta de carimbo/referência de apresentação/inexistência de endosso ou cheque viciado,

salvo se o participante sacado, informar do facto concreto justificativo da devolução e, em tempo útil, o transmitir ao tomador.”